

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE TELEMÁTICA
PARA A GESTÃO DA MOBILIDADE ELÉTRICA NA ADCL**

AJUSTE DIRETO

PRC/2022/020/CL/AD

CADERNO DE ENCARGOS

Fevereiro 2022

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto a prestação de *Serviços de telemática para a gestão da mobilidade elétrica* na frota das Águas do Centro Litoral, SA (AdCL), com observância das especificações constantes da cláusula 6ª e do anexo I ao presente Caderno de Encargos.
2. A identificação e coordenadas de localização das infraestruturas onde se encontram os postos de carregamento e as viaturas elétricas que integram o presente procedimento, são as seguintes:

Local	Coordenadas GPS	Concelho	Equipamento*	Pontos de carregamento
ETA da Boavista	40.188232°, -8.421496°	Coimbra	C-(1x32)x2	2
ETAR do Choupal	40.224994°, -8.451301°	Coimbra	C-(1x32)x2	2
ETAR de Cacia	40.689682°, -8.595156°	Aveiro	C-(1x32)x2	2
ETAR de Olhalvas	39.737266°, -8.794631°	Leiria	C-(1x32)x2	2
ETAR de Ílhavo	40.604581°, -8.709552°	Ílhavo	C-(1x32)x2	2

* Equipamento_C-(1x32)x2 - Posto de carregamento Público G2 AC Monofásico da Efaced;

3. As quantidades estimadas apresentadas no Anexo I ao presente caderno de encargos, são meras estimativas, para efeitos do cálculo do preço contratual máximo.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

- c) O presente caderno de encargos e o seu anexo;
 - d) A proposta;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo prestador de serviços;
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual

1. O contrato iniciará a sua vigência no dia seguinte ao da comunicação da validação dos documentos de habilitação e terá a duração de 12 (doze) meses.
2. Independentemente de não se ter completado o período referido no número anterior, o contrato cessará a sua vigência quando os pagamentos ao adjudicatário perfaçam o valor de 3.240€ (*três mil, duzentos e quarenta euros*), sem IVA incluído.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.ª

Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principal do adjudicatário as seguintes:

- a) Prestação de serviços de telemática em regime de **Software as a Service (SaaS)**, de forma a permitir a gestão operacional das viaturas elétricas e dos postos de carregamento. Todos os dados recolhidos serão propriedade da AdCL;
- b) O adjudicatário deverá guardar os dados em sua posse durante um período adicional de 12 (doze) meses após o término do contrato, disponibilizando-os caso sejam solicitados pela AdCL sem quaisquer custos ou encargos adicionais nesse período;
- c) No final do contrato, o adjudicatário deverá disponibilizar todos os dados recolhidos em formato EXCEL (*.xlsx), ou equivalente.
- d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da AdCL, prestando as informações que forem solicitadas;
- e) O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela AdCL, nos termos do “Regulamento para Fornecedores”, “Código de Conduta de Fornecedores” e do próprio sistema de gestão de responsabilidade empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem.
- f) O Adjudicatário deve disponibilizar a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior.
- g) O Adjudicatário deve conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e adotar os princípios e valores éticos da AdCL, ao assinar as Declarações de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores e Regulamento para Fornecedores, que fazem parte integrante do processo patenteado a concurso.

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, adquirir ou locar todos os bens móveis e materiais necessários à execução da presente prestação de serviços, bem como suportar todos os gastos com a sua manutenção e conservação em perfeito estado de funcionamento, seguros atualizados, bem como custos com meios de transporte e deslocações necessários para a instalação, desinstalação de equipamentos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. Os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização de materiais ou processos respeitantes a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos ou outros direitos de propriedade intelectual e industrial, necessários ao cumprimento das obrigações objeto do contrato correm inteiramente por conta do adjudicatário.

Cláusula 5.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do Sistema de Gestão

1. No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos do Sistema de Gestão, que se encontram expressos no Regulamento para Fornecedores, o Adjudicatário deverá apresentar os documentos constantes no Anexo I do RG.01 - Regulamento para Fornecedores, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da celebração do contrato nos termos do n.º I da Cláusula 3.^a.
2. A AdCL analisa os documentos referentes ao n.º I no prazo máximo de 5 (cinco) dias, comunicando por escrito, ao Adjudicatário, da sua validação ou solicitando a necessidade de corrigir / complementar eventuais discrepâncias com exigências legais ou especificado.
3. O início da execução contratual só pode ocorrer após a validação integral dos documentos exigidos no n.º I, por parte da AdCL.

Cláusula 6.^a

Especificação dos serviços

- I. No âmbito da execução contratual o adjudicatário deve garantir o cumprimento das seguintes condições:
 - a) Disponibilizar as seguintes informações relativas aos postos de carregamento:
 - i. Estado;
 - ii. Alarmística;
 - iii. Lista de carregamentos;
 - iv. Gestão de acessos;
 - v. Operações remotas;
 - b) Assegurar as seguintes informações relativas às viaturas elétricas:
 - i. Disponibilidade;
 - ii. Dados de Bateria (estado de carga);
 - iii. Dados de carregamento;
 - c) Fornecimento e manutenção das seguintes plataformas e aplicações:
 - i. Plataforma operacional que permita a gestão dos ativos, nomeadamente estado, alarmes, configurações, operações remotas, eventos, carregamentos e utilizações, conforme aplicável aos postos de carregamento e às viaturas elétricas;

- ii. Plataforma estatística que suporte toda a análise detalhada da atividade dos postos de carregamento e das viaturas elétricas, permitindo a elaboração de indicadores em função das necessidades indicadas pela AdCL, em função dos dados comunicados pelos postos de carregamento e viaturas elétricas, que permita o download da informação em formato EXCEL (*.xlsx), ou equivalente.
 - d) Fornecimento e instalação de equipamentos específicos nas viaturas elétricas de forma a assegurar toda a integração funcional do sistema e recolha e disponibilização das informações;
 - e) Fornecimento e instalação de cartões SIM nas viaturas elétricas e postos de carregamento para comunicação das respetivas informações;
 - f) Obrigação de contratar todos os serviços de comunicações de operador, destinados a suportar as comunicações GSM e GPRS (3G/4G) entre as viaturas e os postos e a plataforma a contratar. O prestador será responsável por todos os custos com o serviço de comunicações a estabelecer entre a plataforma, as viaturas e os postos. O prestador é ainda responsável pela gestão dos serviços de comunicações e pela interlocução com o operador móvel, cabendo-lhe nomeadamente gerir o processo de faturação, solicitar novos cartões, ativar e desativar cartões, monitorizar e reclamar ao operador sobre eventuais quebras de serviço.
 - g) Obrigação de atualização do software, incluindo disponibilização de up-grades, correções de falhas e novas funcionalidades incluídas no âmbito dos serviços contratados;
 - h) Obrigação de disponibilização dos serviços de assistência técnica e help-desk, de acordo com as especificações técnicas constantes no presente Caderno de Encargos.
4. Quando solicitada pela AdCL, por correio eletrónico ou outra forma de comunicação que venha a ser estabelecida, o adjudicatário tem de prestar o serviço de assistência técnica remota a viaturas elétricas ou postos de carregamento no prazo de 1 (um) dia útil. Se for necessária assistência no local, onde se encontra a viatura ou o posto de carregamento, deverá o adjudicatário realizar o serviço de assistência no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
5. A instalação de novos equipamentos, a desinstalação ou mudança de equipamento de uma viatura para outra viatura, tem de ser realizada pelo adjudicatário no prazo de 7 (sete) dias úteis, após solicitação da AdCL.

Cláusula 7.^a

Dever de sigilo

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verificar uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e

despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13.O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 9.^a

Conservação de dados pessoais

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 10.^a

Transferência de dados pessoais

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 11.^a

Preço máximo contratual e preços base unitários

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, aplicados às quantidades efetivamente realizadas.
2. Os preços base unitários encontram-se definidos no Anexo I ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.
3. O preço contratual máximo é de 3.240,00 € (*três mil duzentos e quarenta euros*).
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.^a

Remuneração dos bens e serviços

Os serviços de monitorização serão remunerados mensalmente em função dos serviços efetivamente realizados e os serviços de instalação ou desinstalação serão remunerados quando ocorrerem.

Cláusula 13.^a

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela AdCL, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela AdCL das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a prestação dos serviços e o fornecimento de bens do mês a que respeitam.
3. Em caso de discordância por parte da AdCL quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 14.ª

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário ao contraente público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, as faturas são emitidas pelo adjudicatário em formato papel, ou preferencialmente em formato PDF certificado por email para f.fornecedores.adcl@adp.pt (até a data limite estabelecida no despacho 129/2020–XXII do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) e atualizações posteriores, as faturas em PDF são consideradas faturas eletrónicas para todos os efeitos previstos na legislação fiscal).
3. Decorrido o período transitório referido no número anterior e após confirmação pelo contraente público, as faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:

a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em

<https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .

b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores

<https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab> .

c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIOUS .

5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pelo contraente público, não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade adjudicante.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar na plataforma ou presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 16.^a

Modificação objetiva do contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 17.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento de instalação do equipamento, para além dos prazos definidos na Cláusula 6.^a do presente caderno de encargos, poderá exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção

contratual, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, ficando sujeito à aplicação de uma sanção pecuniária até 0.5 % do valor do contrato por cada dia de incumprimento.

- b) Por cada dia de indisponibilidade das ferramentas de monitorização objeto da presente prestação de serviços, a AdCL poderá exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção contratual de até € 50 (cinquenta euros) por cada dia de indisponibilidade de qualquer uma das soluções indicadas.

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AdCL, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;

- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização

Cláusula 20.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na execução da prestação de serviços superior a 15 (quinze) dias úteis.
- b) Incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços acordada por período superior a 20 (vinte) dias úteis.
- c) Incumprimento por parte do Adjudicatário de alguma das cláusulas estipuladas no Caderno de Encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao adjudicatário.
- d) Prática de atos dolosos ou negligentes que alterem o bom estado de conservação das instalações e ou equipamentos;
- e) Utilização abusiva ou deterioração anormal das instalações, equipamentos e material.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

Cláusula 21.^a

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

- 1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 22.^a

Seguros

- 1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos a vigorar até à conclusão do contrato:

- a) Seguros de acidentes de trabalho de todos os trabalhadores;
- b) Seguros de viaturas e outros equipamentos associados à prestação do presente contrato;
- c) Seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 50.000,00 € (cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade.

2. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 24.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 25.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 26.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 27.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

PREÇOS BASE UNITÁRIOS E QUANTIDADES ESTIMADAS

(a que se refere a cláusula 10.ª)

Item	Descrição do serviço	Quantidades estimadas (anuais)	Unidade	Preço base unitário
1	Fornecimento e instalação de equipamentos específicos nas viaturas elétricas de forma a assegurar toda a integração funcional do sistema e recolha e disponibilização das informações em conformidade com o previsto no caderno de encargos.	3	Un	175,00 €
2	Disponibilização das informações relativas às viaturas elétricas, na plataforma em conformidade com o previsto no caderno de encargos. Serviço mensal por viatura elétrica.	75	mês	10,00 €
3	Disponibilização das informações na plataforma, relativa às tomadas por postos de carregamento, em conformidade com o previsto no caderno de encargos. Serviço mensal por tomada.	120	mês	4,50 €
4	Mudança de equipamento específico existente nas viaturas elétricas, para novas viaturas, de forma a assegurar toda a integração funcional do sistema em conformidade com o previsto no caderno de encargos.	5	Un	125,00 €
5	Remoção do equipamento instalado nas viaturas elétricas no fim do contrato.	8	Un	100,00 €